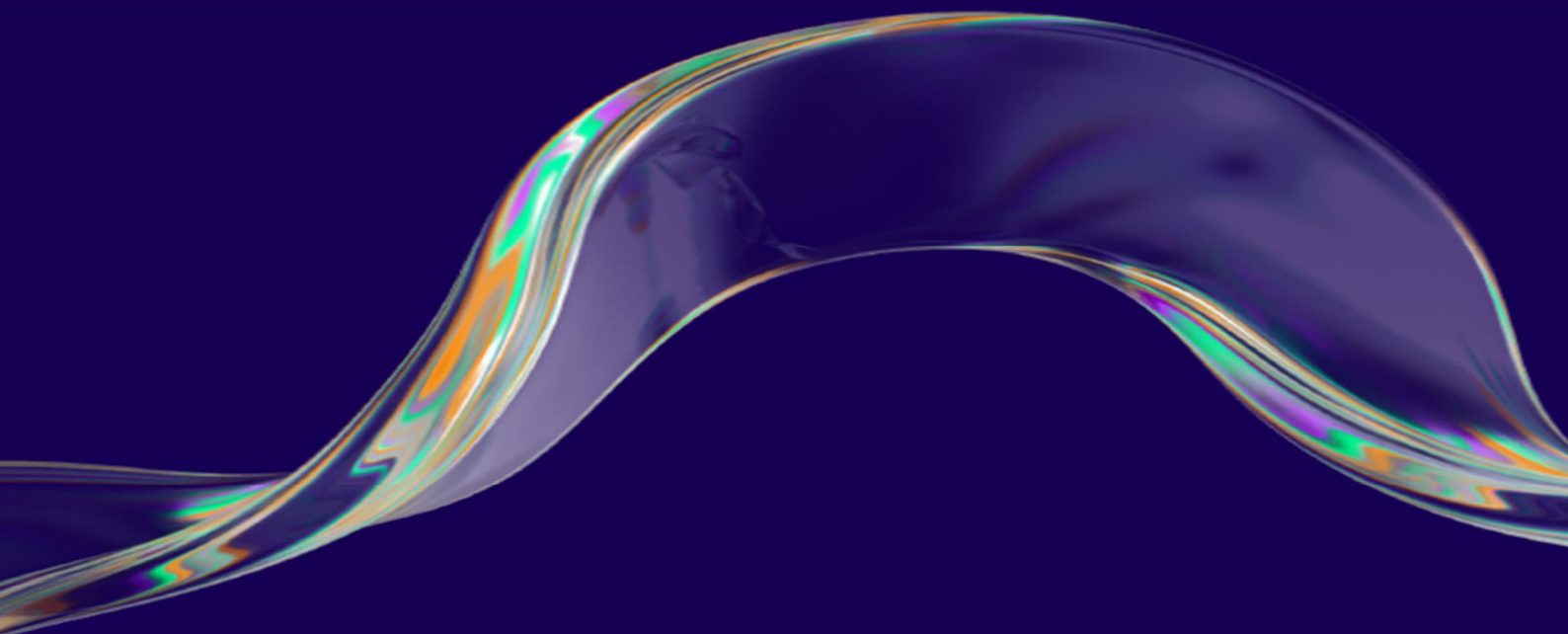


Jaíba V Holding S.A.



Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Balço patrimonial	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	12
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	15
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	15
5	Despesas.....	16
6	Resultado financeiro líquido.....	16
7	Caixa e equivalentes de caixa	16
8	Aplicações financeiras	17
9	Investimentos.....	18
10	Recebíveis e Obrigações de alienação de participação societária	20
11	Partes relacionadas	20
12	Patrimônio líquido.....	22
13	Imposto de renda e contribuição social	22
14	Instrumentos financeiros e gestão de risco	23

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Jaíba V Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Jaíba V Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaíba V Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Jaíba V Holding S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	5	(3.436)	(1.768)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5	(263)	-
		<u>(3.699)</u>	<u>(1.768)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(3.699)</u>	<u>(1.768)</u>
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		(73.714)	(24.140)
		<u>(73.714)</u>	<u>(24.140)</u>
Resultado financeiro líquido		6	
Receitas financeiras		64.308	31.725
Despesas financeiras		(10.447)	(5.600)
		<u>53.861</u>	<u>26.125</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(23.552)</u>	<u>217</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	13	(1.586)	(261)
Diferidos	13	(15.422)	(8.002)
Prejuízo do exercício		<u>(40.560)</u>	<u>(8.046)</u>

Jaíba V Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(40.560)	(8.046)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(40.560)	(8.046)

Jaíba V Holding S.A.
Demonstração dos fluxos da caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.552)	217
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Equivalência patrimonial	9 (b)	73.714	24.140
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de participação societária	10 (b)	(40.256)	(21.688)
		9.906	2.669
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Tributos a recuperar		(2.621)	(758)
Receíveis de alienação de participação societária	10 (b)	65.611	33.582
Partes relacionadas		(1.422)	(29.727)
Demais créditos e outros ativos		(54)	(36)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		(30)	36
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(84)	203
Tributos a recolher		(653)	(16)
Partes relacionadas		-	22.110
Demais obrigações e outros passivos		(2)	5.139
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		70.651	33.202
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(971)	(217)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		69.680	32.985
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(838)	-
Aumento de capital em controladas	1.1.1 (a)	(1.258)	(12.000)
Redução de capital em controladas	1.1.1 (a)	390.632	144.000
Recebimento de dividendos		1.977	5.874
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(2)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		390.513	137.872
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	12.000
Redução de capital	1.1.1 (b)	(644.410)	-
Pagamento de dividendos	1.1.1 (c)	(5.528)	(4.201)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(649.938)	7.799
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa			
		(189.745)	178.656
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		193.744	15.088
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.999	193.744

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba V Holding S.A.
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.999	193.744
Aplicações financeiras	8	838	-
Tributos a recuperar		3.425	804
Recebíveis de alienação de participação societária	10	25.242	-
Dividendos a receber	11	1.861	1.861
Partes relacionadas	11	5.450	4.109
Outros ativos		133	101
		<u>40.948</u>	<u>200.619</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	11	203	122
Recebíveis de alienação de participação societária	10	7.115	27.290
Outros ativos		22	-
		<u>7.340</u>	<u>27.412</u>
Investimentos	9	1.200.893	1.665.958
Imobilizado		2	2
		<u>1.208.235</u>	<u>1.693.372</u>
Total do ativo		<u><u>1.249.183</u></u>	<u><u>1.893.991</u></u>

	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		11	41
Obrigações estimadas e folha de pagamento		698	782
Tributos a recolher		44	82
Outros passivos		2	4
		<u>755</u>	<u>909</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	11	13	13
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	23.424	8.002
Obrigações de alienação de participação societária		69.606	39.184
		<u>93.043</u>	<u>47.199</u>
Total do passivo		<u>93.798</u>	<u>48.108</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12	1.194.992	1.839.402
Reservas de lucros		-	6.481
Prejuízos acumulados		(39.607)	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.155.385</u>	<u>1.845.883</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.249.183</u></u>	<u><u>1.893.991</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba V Holding S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros							Patrimônio Líquido
		Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reserva de investimentos	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção	Prejuízos acumulados	
Em 1º de janeiro de 2024		1.827.402	-	-	953	-	13.574	-	1.841.929
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(8.046)	(8.046)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	(8.046)	(8.046)
Demais mutações patrimoniais do exercício									
Aumento de capital		12.000	-	-	-	-	-	-	12.000
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	-	13.574	-	-	(13.574)	-	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(8.046)	-	-	-	8.046	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		12.000	-	5.528	-	-	(13.574)	8.046	12.000
Em 31 de dezembro de 2024		1.839.402	-	5.528	953	-	-	-	1.845.883
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(40.560)	(40.560)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	(40.560)	(40.560)
Demais mutações patrimoniais do exercício									
Redução de capital	1.1.1(b)	(644.410)	-	-	-	-	-	-	(644.410)
Destinação do resultado do exercício									
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	(953)	-	-	953	-
Dividendos intermediários	1.1.1(c)	-	-	(5.528)	-	-	-	-	(5.528)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(644.410)	-	(5.528)	(953)	-	-	953	(649.938)
Em 31 de dezembro de 2025		1.194.992	-	-	-	-	-	(39.607)	1.155.385

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Jaíba V Holding S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é sociedade por ações que foi constituída em dezembro de 2020.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos.

A Companhia é controlada diretamente pela CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e indiretamente pela Auren Energia S.A. ("Auren").

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Aumento (redução) de capital em controladas

No exercício findo em dezembro de 2025 foram aprovadas as reduções de capital em suas controladas conforme abaixo:

Controlada	Período	Transferência via caixa
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	Agosto	(39.000)
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	Março	(71.323)
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	Julho	(4.593)
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	Março	(75.850)
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	Julho	(3.575)
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	Março	(68.402)
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	Julho	(10.457)
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	Março	(72.388)
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	Julho	(2.786)
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	Fevereiro	(14.600)
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	Fevereiro	(18.700)
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	Fevereiro	(7.700)
		<u>(389.374)</u>

No exercício findo em dezembro de 2025 foram aprovados os aumentos de capital em suas controladas conforme abaixo:

Controlada	Período	Transferência via caixa
Arinos Solar VII S.A	Novembro	36.911
Arinos Solar VII S.A	Junho	8
		<u>36.919</u>

(b) Redução de capital

Em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 464.410, passando o capital social de R\$ 1.839.402 (dividido em 2.077.319.066 ações ordinárias) para R\$ 1.374.992 (dividido em 1.561.307.626 ações ordinárias).

Em 18 de agosto de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 180.000, passando o capital social de R\$ 1.374.992 (dividido em 1.561.307.626 ações ordinárias) para R\$ 1.194.992 (dividido em 1.356.762.171 ações ordinárias).

(c) Dividendos pagos

Em 27 de março de 2025, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora CESP, no montante de R\$ 5.490, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O pagamento dos dividendos ocorreu em 31 de março de 2025.

(d) Operações de alienação parcial de investimentos – Minasligas S.A.

Em 15 de janeiro de 2025 a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com a Minasligas S.A. (“Minasligas”), de forma que a Minasligas se tornou, nesta data, detentora de 120.010.559 ações ordinárias Classe B, nominativas e sem valor nominal, representativas de 49% do capital social total e 98% do capital social votante (“Operação”).

O preço total de aquisição das ações ONB é de R\$ 58.000, sendo que R\$ 36.000 foram pagos, pela Minasligas à Companhia, na data da assinatura do contrato, e o saldo remanescente será pago até 12 meses contados da Data de Fechamento, mediante transferência eletrônica. Conforme definido em contrato, o preço de aquisição será atualizado pela variação positiva do IPCA, desde 01 de julho de 2024 até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

(e) Operações de alienação parcial de investimentos – Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Em 19 de dezembro de 2025 a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com a Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (“Brainfarma”), de forma que a Brainfarma se tornou, nesta data, detentora de 180.904.570 ações ordinárias Classe B, nominativas e sem valor nominal, representativas de 49% do capital social total e 98% do capital social votante (“Operação”).

O preço total de aquisição das ações ONB é de R\$ 10.000, a ser pago pela Brainfarma à Companhia, em cinco parcelas mediante transferência eletrônica. As 3ª, 4ª e 5ª parcelas, que tem pagamentos anuais, com vencimento em 01/01/2027, 01/01/2028 e 01/01/2029 serão atualizadas monetariamente pela variação positiva acumulada do IPCA desde 01 de janeiro de 2026 até suas respectivas datas de pagamento, considerando se o último índice disponível do mês anterior ao pagamento.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica e solar:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, condicionada à definição de critérios pelo Poder Concedente.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regulamentação do armazenamento de energia elétrica:

A lei introduz diretrizes para regulamentação dos sistemas de armazenamento, incluindo baterias e outras tecnologias, além de prever incentivos ao seu desenvolvimento.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

A prorrogação pode ser antecipada em até 5 anos, com vigência imediata.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia adotou a isenção prevista no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e não elaborou as demonstrações financeiras consolidadas pelos seguintes motivos:

- (i) Os acionistas não fazem objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas;

- (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto;
- (iii) A Companhia não registrou nem está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto;
- (iv) Sua controladora direta CESP apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro.

Pelos fatos apresentados acima a Diretoria da Companhia entende que a não consolidação das controladas não causam impactos relevantes na avaliação das suas demonstrações financeiras.

As divulgações de participações em outras entidades estão de acordo com os requisitos do CPC 45/IFRS 12 – Divulgação de Participações em outras Entidades.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 27 de março de 2026, autorizando sua divulgação.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, apesar de apresentar prejuízo de R\$ 40.560 (prejuízo de R\$ 8.046 em 31 de dezembro de 2024), o capital circulante líquido é positivo em R\$ 40.193 (positivo em R\$ 219.710 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a Companhia tem demonstrado capacidade de geração recorrente de caixa operacional, conforme evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que apresentou um montante de R\$ 69.680 no exercício.

A Administração entende o capital circulante positivo aliado à capacidade recorrente de geração de caixa, asseguram a continuidade operacional no curso normal dos negócios.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.4 Controladas

A seguir a tabela de empresas controladas da Companhia:

	2025		2024		Tipo de investimento	Capacidade (Mw)	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante						
Geração solar										
SF401 Participações Societárias S.A.	57,55%	7,55%	57,55%	7,55%	Direto	-	-	-	São Paulo - Brasil	Holding
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	41,02%	0%	50%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	25,40%	0%	50%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	38,80%	0%	50%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	8,01%	0%	8,01%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	42,09%	0%	50%	0%	Direto	20	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	7,11%	0%	7,11%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Direto	40	18/02/2020	17/02/2055	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.	51%	2%	100%	100%	Direto	-	-	-	Minas Gerais- Brasil	Holding
SF 593 Participações Societárias S.A.	64%	14%	64%	28%	Direto	-	-	-	Minas Gerais- Brasil	Holding
Arinos Solar VII S.A.	51%	2%	0%	0%	Direto	-	-	-	Minas Gerais- Brasil	Holding

A Companhia possui operações de alienação de participação societária das investidas, para as quais, apesar das correspondentes alienações, há cláusulas contratuais que garantem à estas controladas o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, as quais estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do "own use" para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza "hedge accounting" para certos PPAs que não atendam a exceção de "own use".	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> ("ISSB") – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma Tributária Brasileira

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 01º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os CDBs possuem taxa de remuneração média de 99,75% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (99,46% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	119	115
	119	115
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (a)	3.848	193.629
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	32	-
	3.880	193.629
Caixa e equivalentes de caixa	3.999	193.744

(a) Quotas de fundos de investimento

	2025	2024
Quotas de fundos de investimento		
Operações Compromissadas - Títulos públicos	3.848	171.865
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	21.764
	3.848	193.629

As quotas de fundo de investimento referem-se, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

8 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações compreendem títulos de instituições financeiras, indexadas à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,75% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	838	-
	838	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras:

	Rating local	
	2025	2024
AAA	4.837	193.744
	4.837	193.744

Os ratings foram extraídos de agências de *rating* (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025	2024
Custo								
SF401 Participações Societárias S.A.	166.754	(18.681)	100,00	100,00	(18.681)	(6.856)	166.754	186.100
NK 231 Empreendimentos e Participações S.A	242.986	(3.046)	100,00	100,00	(3.046)	1.459	242.986	246.032
Jaíba C Energias Renováveis S.A. (i)	74.143	(6.901)	41,02	41,02	(2.896)	(2.151)	30.204	47.612
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	164.783	(510)	50,00	50,00	(255)	(1.663)	82.392	82.372
Jaíba CN Energias Renováveis S.A. (i)	65.716	(12.861)	25,40	25,40	(3.614)	(3.179)	16.540	58.788
Jaíba CO Energias Renováveis S.A. (iii)	76.206	(7.199)	38,80	38,80	(2.853)	(882)	29.568	50.901
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	80.547	(5.270)	8,01	8,01	(422)	1.749	6.454	8.218
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	73.453	(6.819)	100,00	100,00	(6.819)	(1.092)	73.453	156.766
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A. (i)	46.639	(1.997)	42,09	42,09	(829)	(682)	19.394	27.932
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A. (i)	73.156	(7.311)	50,00	50,00	(6.978)	(1.207)	36.244	160.640
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	73.345	(6.648)	100,00	100,00	(6.648)	(1.356)	73.345	159.149
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	160.839	(4.781)	50,00	50,00	(2.391)	(4.637)	80.420	81.819
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	76.326	(6.398)	7,11	7,11	(455)	(242)	5.427	5.232
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	73.547	(6.464)	100,00	100,00	(6.464)	(1.389)	73.547	155.191
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	161.043	(800)	50,00	50,00	(400)	(2.811)	80.522	80.922
SF 593 Participações Societárias S.A.	146.724	(10.640)	100,00	100,00	(10.640)	799	146.724	158.284
Arinos Solar VII S.A (ii)	36.919	(41)	100,00	100,00	(333)	-	36.919	-
GF2 Holdings S.A. (iv)	1.269	62	-	100,00	10	-	-	-
					<u>(73.714)</u>	<u>(24.140)</u>	<u>1.200.893</u>	<u>1.665.958</u>

- (i) Os resultados do investimento registrados pela Companhia não estão diretamente alinhados ao percentual de participação societária em 31 de dezembro de 2025, em razão de o cálculo da equivalência patrimonial considerar a distribuição desproporcional de dividendos.
- (ii) A participação societária na investida foi adquirida em novembro de 2025. Assim, o resultado de equivalência patrimonial reconhecido refere-se exclusivamente ao período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Houve alteração no percentual de participação da Companhia na investida em maio de 2025, com a participação passando de 50% em abril para 38,8% a partir de maio de 2025.
- (iv) A participação foi detida somente durante os meses de setembro e outubro de 2025. Em novembro de 2025, foi realizada reestruturação societária, a partir da qual a empresa passou a ser investimento de outra empresa do grupo.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(b) Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.665.958	1.825.396
Equivalência patrimonial	(73.714)	(24.140)
Dividendos deliberados	(1.977)	(3.298)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (a))	1.258	12.000
Reduções de capital (Nota 1.1.1 (a))	(390.632)	(144.000)
Saldo no final do exercício	1.200.893	1.665.958

10 Recebíveis e Obrigações de alienação de participação societária

Referem-se as operações de venda de participação de controladas por parte da Companhia para a Citrosuco S.A. Agroindústria e Braskem S.A. ocorridas no exercício findo de 31 de dezembro de 2024; Minasligas S.A. (Nota 1.1.1 (d)) e Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Nota 1.1.1 (e)), líquidos do ajuste a valor presente, com efeito no resultado financeiro.

a) Composição

	2025			2024		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Circulante						
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.898	-	1.898	-	-	-
Minasligas S.A.	23.344	-	23.344	-	-	-
	25.242	-	25.242	-	-	-
Não circulante						
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	7.115	(3.970)	3.145	-	-	-
Minasligas S.A.	-	(23.084)	(23.084)	-	-	-
Braskem S.A.	-	(5.911)	(5.911)	-	(5.136)	(5.136)
Citrosuco S.A. Agroindústria (Nota 17)	-	(36.641)	(36.641)	27.290	(34.048)	(6.758)
	7.115	(69.606)	(62.491)	27.290	(39.184)	(11.894)
	32.357	(69.606)	(37.249)	27.290	(39.184)	(11.894)

b) Movimentação

	Nota	Ativo		Passivo	
		2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício		27.290	-	(39.184)	-
Novos contratos		69.328	57.583	(69.328)	(57.583)
Constituição de Ajuste a valor presente (i)	6	(737)	(1.108)	44.861	24.257
Realização de ajuste a valor presente	6	412	696	822	(311)
Atualização monetária	6	1.675	3.701	(6.777)	(5.547)
Recebimento		(65.611)	(33.582)	-	-
Saldo no final do exercício		32.357	27.290	(69.606)	(39.184)

(i) Taxa utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente é o IPCA.

11 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren S.A.

Jaíba V Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras		Resultado financeiro	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes										
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	-	-	9	9	-	-	-	-	-	-
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
	-	-	13	13	-	-	-	-	-	-
Fornecedores - compras										
Votorantim S.A.	-	-	9	38	-	-	(121)	(62)	-	-
	-	-	9	38	-	-	(121)	(62)	-	-
Outros										
Auren Participações S.A	1.260	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.260	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasse de custos (i)										
Auren Participações S.A	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	549	546	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	185	179	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	251	245	-	-	-	-	31	-	-	-
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	216	210	-	-	-	-	31	-	-	-
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	186	179	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	251	245	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	428	422	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	214	211	-	-	-	-	16	-	-	-
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	428	422	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	428	422	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	186	179	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	298	291	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	354	348	-	-	-	-	32	-	-	-
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	217	210	-	-	-	-	32	-	-	-
	4.272	4.109	-	-	-	-	398	-	-	-
Conta corrente										
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	122	122	-	-	-	-	-	-	-	-
	122	122	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber										
SF401 Participações Societárias S.A.	1.514	1.514	-	-	-	-	-	-	-	-
NK 231 Empreendimentos e Participações S.A	347	347	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.861	1.861	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos a receber										
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	27.290	36.641	34.049	-	-	-	-	(1.345)	(15.374)
	-	27.290	36.641	34.049	-	-	-	-	(1.345)	(15.374)
	7.515	33.382	36.663	34.100	-	-	277	(62)	(1.345)	(15.374)

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

12 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 1.194.992 (R\$ 1.839.402 em 31 de dezembro de 2024), composto por 1.356.762.171 (2.077.319.066 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, a CESP é a única acionista da Companhia.

13 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(23.552)	217
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	8.008	(74)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	(25.063)	(8.208)
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	44	
Outras adições permanentes, líquidas	(21)	(9)
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda	24	24
Ajustes de exercícios anteriores		4
IRPJ e CSLL apurados	(17.008)	(8.263)
Correntes	(1.586)	(261)
Diferidos	(15.422)	(8.002)
IRPJ e CSLL no resultado	(17.008)	(8.263)

14 Instrumentos financeiros e gestão de risco

14.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Partes relacionadas (Nota 11)		5.653	4.231
		5.653	4.231
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (Nota 7)	2	3.880	193.629
Aplicações financeiras (i) (Nota 8)	1	838	-
		4.718	193.629
		10.371	197.860
Passivos			
Ao custo amortizado			
Fornecedores		11	41
Partes relacionadas (Nota 11)		13	13
		24	54

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

14.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez e (c) risco regulatório.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	11	-	-	-	11
Partes relacionadas (Nota 17)	-	13	-	-	13
	<u>11</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	41	-	-	-	41
Partes relacionadas (Nota 17)	-	13	-	-	13
	<u>41</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54</u>

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

14.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e aplicações financeiras é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado						
			Cenário I			Cenários II & III			
			Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	4.718	-72,92 bps*	(34)	(176)	(351)	176	351	

* *bps - basis points*